

**Re-significações híbridas de cidadania e solidariedade  
na experiência do voluntariado contemporâneo em Fortaleza-Ce:  
entre a democratização e o neo-conservadorismo narcisista?**

Leila Maria Passos de Souza Bezerra<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo problematiza a (re)valorização do voluntariado no Brasil neste século XXI, marcada pela tensão entre a democratização inconclusa e o ajuste estrutural neoliberalizante. Analisa as configurações e sentidos híbridos de cidadania e solidariedade, constitutivas do binômio simbólico deste voluntariado convocado para agir diante de expressões-limite da Questão Social. Baseada em observação e entrevistas com voluntários de associação filantrópica em Fortaleza-Ce, além de pesquisas bibliográfica e documental, a autora apreende o voluntariado de elite e suas ações solidárias que mobilizam uma solidariedade indiferenciada mediadora de uma cidadania intimista e emergencial-pragmática. E expõe os riscos de erosão real e simbólica dos direitos da cidadania social, da democracia e dos espaços de sua conquista e legitimação por parte de sujeitos coletivos e plurais: a esfera pública e a política.

**Palavras-chave:** cidadania, solidariedade, voluntariado e esfera pública.

**Abstract:** The article presents a (re) appreciation of volunteering in Brazil in the XXI century, marked by tension between democratization and structural adjustment neoliberalizante inconclusive. Analyzes the hybrid configurations and meanings of citizenship and solidarity, which constitute the binomial symbolic of voluntary convened to act before the limit expressions of the social question. Based on observation and interviews with volunteers from philanthropic association in Fortaleza-Ce, and bibliographic and documentary research, the author learns the voluntary actions of elite and their solidarity to mobilize solidarity undifferentiated mediator of intimate citizenship and emergency-pragmatic. And exposes the risk of real and symbolic of the erosion of social citizenship rights, democracy and the spaces of his victory and legitimacy from the collective and plural subject: the public sphere and politics.

**Keywords:** citizenship, solidarity, voluntary and public sphere.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, analiso criticamente as re-significações híbridas de solidariedade e cidadania inscritos nos discursos desse novo-velho ator político, ora denominado de voluntariado contemporâneo de elite, em função de sua origem nas camadas médias e altas, demarcatória de sua posição social de classe (Bourdieu, 1992). Para desvendar esse binômio

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela UFC, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA/ UECE) e Coordenadora do Laboratório de Seguridade Social (UECE). E-mail: [leilapassos@uece.br](mailto:leilapassos@uece.br)/  
[leila.passos777@yahoo.com.br](mailto:leila.passos777@yahoo.com.br).

simbólico, optei pela pesquisa qualitativa realizada junto ao grupo de voluntários atuantes em uma experiência local considerada caso exemplar do voluntariado contemporâneo em Fortaleza-Ce. Realizei observação participante – com registro em diário de campo – associada às entrevistas semi-estruturadas, além de pesquisas bibliográfica e documental.

A iniciativa voluntária investigada originou-se em 1996, através de ações individuais realizadas junto ao público infanto-juvenil com câncer em tratamento no Bloco de Oncopediatria do Hospital Albert Sabin. Nesses treze anos de atuação, esse grupo de voluntários – cerca de 160 agentes à época da pesquisa – tem realizado ações solidárias traduzidas no atendimento médico-assistencial oferecido a crianças e adolescentes com câncer e suas famílias, pertencentes aos setores pauperizados deste estado. Em 1999, estes voluntários criaram uma Associação concebida como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, sem caráter religioso ou político, regida por estatuto, que sobrevive de doações da sociedade, do agir voluntário e de parcerias estabelecidas com o Estado e outras instituições da Sociedade Civil.

Situo esta experiência voluntária na teia complexa e plural de iniciativas advindas da sociedade civil (GRAMSCI, 1978) brasileira, e cearense em particular, constituídas em torno da (re)valorização do voluntariado e sua suposta responsabilidade social diante das desigualdades sociais vivenciadas por segmentos das classes subalternas (GRAMSCI, 2004; MONAL, 2003) em nosso país. Nessa linha interpretativa, busco apreender criticamente o voluntariado contemporâneo na condição de um dos atores políticos da sociedade civil responsáveis tanto pela ação no social, como pela tessitura da gramática político-cultural em construção nos últimos 27 anos no Brasil, ancorada na re-significação híbrida da tríade simbólica solidariedade-cidadania-voluntariado, com implicações para as formas de interpretação e intervenção diante das expressões da Questão Social na atualidade e, por conseguinte, para a própria materialidade da democracia no país.

### **Configurações e sentidos híbridos de cidadania e solidariedade na versão do voluntariado de elite local: estratégia contemporânea de regulação da pobreza e busca da autogratificação.**

O voluntariado contemporâneo consubstancia, de forma peculiar nos seus discursos, a articulação de três matrizes político-culturais presentes na vida brasileira, encarnando elementos simbólicos gestados neste entrecruzamento: a herança hierárquico-autoritária conservadora da matriz da incivilidade (TELLES, 1999); a perspectiva de protagonismo da sociedade civil da matriz democratizante preconizada desde os anos de 1970 e 1980 ainda em

curso no país (DAGNINO, 2003); e o conteúdo neo-conservador e narcísico (BEZERRA, 2005) da matriz do ajuste estrutural evidenciada a partir de 1990. Essa tessitura simbólica ganha concretude em três noções básicas inscritas também no imaginário brasileiro atual: solidariedade, cidadania e voluntariado. Num esforço de apreender seus significados, resgato as versões singulares acerca da cidadania e da solidariedade, expressivas de referências simbólicas norteadoras das práticas voluntárias contemporâneas em âmbito local.

A rigor, é a noção de solidariedade que faz a mediação entre o conteúdo conservador do voluntariado – em sua versão "tradicional" e em seu viés re-significado de neo-conservadorismo – e a dimensão democratizante encarnada na noção de cidadania ativa (DAGNINO, 1994). Cabe, pois, elucidar a “solidariedade voluntária” propalada no Brasil dos anos 1990 e 2000: é a “solidariedade indiferenciada”, capaz de agregar em torno de si distintos indivíduos e instituições que, independente de suas crenças religiosas e pertencimentos a classes sociais ou grupos políticos, disponibilizam-se a “fazer a sua parte”, diante das situações-limite de dor/sofrimento e falta/privações vivenciados por setores vulneráveis e/ou excluídos sociais da vida brasileira.

Ao abordar a noção de cidadania, cabe uma primeira demarcação: os voluntários entrevistados vinculam cidadania às suas práticas solidárias, traduzidas em doação ou ajuda ao Outro, encarnado na figura do público-alvo de suas ações. A ênfase é na cidadania do voluntário como o sujeito capaz de assumir responsabilidades diante das dores e privações deste Outro da relação solidária, de maneira a garantir-lhe condições de sobrevivência e o reconhecimento de suas necessidades sociais, supridas através de “bens e serviços sociais” concedidos pelos voluntários de maneira pontual e, portanto, não traduzíveis em direitos. Ao público-alvo das ações solidárias restaria, via de regra, uma “inclusão tópica” que não lhe garante atingir o status da cidadania social. Esse “Outro-pobre-desigual” presente nas práticas solidárias deste voluntariado de elite parece, mesmo, contrapor-se à gramática democrática na vida brasileira atual.

De fato, essa versão contemporânea do voluntariado parece suprimir a dimensão conflitual da cidadania ativa construída ao longo do processo de redemocratização brasileira a partir dos anos 1970 e 1980, emblemática do protagonismo político-cultural dos movimentos sociais populares (SADER, 1988) na esfera pública, que reivindicaram o “direito a ter direitos” e puseram em xeque a titularidade do poder (TELLES, 1999). Outrossim, a cidadania solidária preconizada parece anular a inscrição dos direitos sociais no horizonte da política e no debate público entre atores coletivos e plurais acerca das medidas de justiça e de igualdade social.

Em verdade, esse novo/velho ator político – o voluntariado contemporâneo – reclama para si o direito civil de agir face às situações-limites vivenciadas pelos segmentos pauperizados. A rigor, o apelo ao protagonismo do voluntariado traduz um tipo de direito civil realizado por iniciativa de atores singularizados – privados de polis, de conflitos reais e da noção de pertença ao grupo/ à coletividade (BARCELONA, 1994) – e, supostamente, livres e autônomos. Indivíduos que se sentem pessoalmente comovidos e mobilizados para agir diante das desigualdades sociais vivenciadas por um Outro, escolhido como público-alvo “receptor” das ações solidárias. Nos discursos desse voluntariado de elite, a garantia da "cidadania social" dos “excluídos” parece deslocada para a esfera da informalidade, da disposição ou vontade pessoal-privada e singularizada dos chamados “incluídos”, “pessoas” ou “cidadãos comuns” ou, de modo especial, voluntários. Estes últimos, via de regra, têm ascendido à cena pública na dimensão de pessoas, resguardando e lembrando socialmente seus privilégios e distinções perante os Outros, concebidos como os "indivíduos" (DA MATTA, 1997), submetidos ao crivo das seletivas e pontuais políticas públicas e/ou às ações privadas da “Sociedade” e do “Mercado”, em verdade, da heterogeneidade da sociedade civil na versão gramsciana.

Nesses moldes, cidadania e voluntariado aparecem organicamente vinculados. Implica numa re-significação da cidadania como “exercício solidário” resignado ao direito civil que, legitimado pela universalidade de sua atribuição abstrata a qualquer cidadão – a suposta igualdade formal perante a lei que dá sustentabilidade à permanência concreta das desigualdades econômico-sociais e político-culturais no capitalismo – pode contribuir para o obscurecimento das forças sócio-políticas que travam seus embates na sociedade brasileira. Distingue-se, portanto, da cidadania ativa – que comporta o poder de participação nas decisões sobre os negócios públicos/ comuns – e seus respectivos direitos sociais, configurados como resultado de lutas históricas e conquistas empreendidas pelos movimentos operário e popular, referendadas na solidariedade, igualdade, justiça social e democracia tomadas como formas de vida (BARCELONA, 1994).

Na versão desses voluntários locais, o exercício da cidadania restringe-se à participação voluntária para promover mudanças concretas e urgentes na sociedade, expressiva na máxima “cada um e todos fazendo a sua parte”, com vistas a suavizar as situações-limite vivenciadas pelo público escolhido pelos voluntários como alvo de suas práticas solidárias. Não é, em absoluto, a perspectiva universalista dos direitos sociais; mas sim, a dimensão seletiva da solidariedade indiferenciada que escolhe a quem, quando e como ajudar, de acordo com o arbítrio do voluntário. Essa cidadania voluntária parece assumir, cada

vez mais, uma conotação singularizada e intimista: trata-se de uma escolha pessoal/ privada de cada um que, em tese, possibilitaria ao voluntário a vivência concreta de sua própria cidadania, fora da esfera pública democrática e da política.

E mais, os representantes deste voluntariado local parecem comungar da lógica contemporânea de colaboração e alianças entre os desiguais. Propalam em seus discursos uma cidadania do consenso, dos limites e do respeito nos seguintes sentidos: primam pela colaboração solidária entre indivíduos em posições sociais de desigualdade, no caso, o voluntariado de elite e as crianças e adolescentes pobres com câncer e suas famílias; limitam a cidadania às regras sociais e morais estabelecidas pelo voluntariado, legitimando a sua posição de classe; e propalam o respeito como parâmetro na relação com o Outro, traduzido em “receptor” de ações solidárias.

A reivindicada cidadania do respeito ao Outro empreendida no discurso voluntário pode, no entanto, comportar uma interpretação ambivalente: se, por um lado, incorpora o respeito numa atitude ético-moral diante do diferente, reconhecido em sua dignidade e respeito incondicionais (OLIVEIRA, 1995) e, por vezes, concebido como o “irmão que sofre”; por outro, o respeito aos limites de si e do Outro desigual pode abrir prerrogativas a dois aspectos mutuamente imbricados na re-significação da cidadania deste Outro partícipe da relação “solidária”. O primeiro aspecto, marcante nos discursos voluntários, refere-se à eliminação do conflito democrático legítimo e indispensável à conquista da cidadania social deste Outro, encarnada no retorno da figura do “pobre destituído de direitos” (TELLES, 1999). O segundo aspecto relaciona-se à tese recorrente do respeito e da compaixão para com o “Outro-desigual”, parecendo invalidar-lhe o reconhecimento público como “sujeito capaz de falar e argumentar, como parceiro em igualdade de direitos e em igual responsabilidade para a solução dos problemas humanos” (OLIVEIRA, 1995: 31), figura indispensável numa sociedade que se pretende democrática.

Nesse sentido, a possibilidade deste “Outro” constituir-se como sujeito crítico e autônomo – capaz de redefinir as medidas de justiça e igualdade social nas esferas pública e política da sociedade brasileira – fica obscurecida e, mesmo, diluída na relação solidária promovida pelo voluntariado de elite. Prepondera, em última instância, a liberdade privada do “Eu voluntário”, exercendo seu poder de atribuir significados ao mundo social e imprimi-los ao “Outro desigual”, sob sua tutela e/ou assistência. Assim, ao “público-alvo” das ações solidárias parece restar um tipo de cidadania contingencial-tópica, centrada na figura ambivalente do cidadão na vida brasileira contemporânea, formatada na fronteira entre: o “cidadão-beneficiário”, presente nas versões da cidadania assistida ou tutelada (DEMO, 1995)

inscritas ambigualmente na matriz conservadora e presente “por dentro” da legalidade democrática; e o “cidadão-consumidor de bem-estar social”, cujo acesso a “bens e serviços sociais” possibilita-lhe, no máximo, a inclusão tópica já sinalizada.

De fato, essa versão contemporânea da "cidadania do consumo de bem-estar", voltada aos segmentos pauperizados, vincula-se à "matriz do ajuste estrutural" e ao fortalecimento de seu viés "neoconservador-narcisista" nos seguintes termos: desregulamenta e destitui direitos de cidadania social destes segmentos e os submete à contingência das vontades privadas e emoções intimistas dos voluntários; conclama o protagonismo do “Eu singularizado” focado na imagem do voluntariado como "promessa de felicidade e auto-gratificação” (LIPOVETSKY, 1994). Tal versão de cidadania aponta no sentido da fecunda síntese formulada por Vera Telles (1999): as desigualdades sociais, expressivas na exclusão social (mas também econômica, política e cultural) e as formas instituídas para sua regulação centradas na “ajuda solidária”, transformam-se nos signos da contemporaneidade brasileira.

Ao adentrar nas capilaridades do discurso do voluntariado contemporâneo, um aspecto curioso é a vinculação entre esta “cidadania” – esvaziada de suas dimensões política, conflitual e de “crítica do existente” (BARCELONA, 1993) – e a "solidariedade voluntária" – marcada pela indiferenciação e polissemia encarnada nas mais distintas práticas voluntárias. “Ser solidário” tem sido o mote dos anos 1990 e 2000 quando se quer chamar a atenção da “sociedade” para situações-limite vivenciadas pelos pauperizados e/ou excluídos, desconsiderando-se o debate público e coletivo entre os diferentes sobre a gênese das desigualdades sociais, bem como sobre as medidas de justiça e igualdade social. Substituta da cidadania ativa (DAGNINO, 2002; TELLES, 1999), esta “solidariedade indiferenciada” adquire, nos discursos do voluntariado contemporâneo, um tom “ético-moral” capaz de sensibilizar, comover, conduzir à “ação” imediata. E o faz sem tocar as dimensões sócio-econômico e político-cultural dos processos de pauperização e exclusão vigentes. Um dos exemplos nacionais mais recentes deste conclave à solidariedade da sociedade civil para “agir” no social consiste na campanha midiática anual intitulada Criança Esperança, realizada no último 03 de agosto de 2008.

Em verdade, tal “solidariedade indiferenciada” parece constituir-se, mesmo, em um tipo de sentimento dominante na vida social brasileira recente. E, conforme lembra Agnes Heller (1989), toda época histórica tem seus sentimentos dominantes, ou antes, configurações dos sentimentos dominantes que reenviam aos diversos modelos de formas de vida. Em última instância, os sentimentos dominantes dependem da estrutura concreta da sociedade, e são relacionadas à resolução de problemas/deveres mais ou menos individuais. Para Heller

(1989), as regulatórias de tais sentimentos têm sempre um caráter moral. No caso brasileiro, essa solidariedade tem sido vinculada ao imperativo “ético-moral” diante de uma problemática que, embora transcenda os limites individuais, fora reconhecida e assumida como uma problemática de ordem moral e pessoalizada: refiro-me ao fenômeno mundializado da “exclusão social”, cuja semântica remete a um processo de “segregação social”, que parece pôr em risco a manutenção de vínculos sociais estáveis e duráveis entre os indivíduos em sociedade, além de ameaçar a própria materialidade da democracia num contexto de recrudescimento das desigualdades sociais.

Apoiado nesse sentimento dominante de nossa época, o voluntariado contemporâneo ganha força na sociedade brasileira ao lançar um apelo aos indivíduos singularizados (BARCELONA, 1993) para agir no social, através de ações voluntárias traduzidas em exercício de uma cidadania possível. Esse chamamento à ação solidária dirigida, supostamente, a “todos os brasileiros” – reforçando a indiferenciação e ambigüidade que o significativo solidariedade pode comportar no atual contexto – parece abrir a possibilidade de repor, na cena pública, a discussão sobre a indiferença e a apatia sociais ante as múltiplas situações-limite de vulnerabilidade e exclusão. Todavia, termina por mobilizar e sensibilizar as vontades singularizadas de indivíduos da sociedade brasileira que se consideram, de fato, autorizados e legitimados socialmente a promover a “ajuda solidária”: as “elites”, e todos aqueles identificados com seu modo de vida particular, convertido em modelo dominante, e sintonizados com o imaginário capitalista prevalecente.

O apelo à solidariedade caracteriza-se, aqui, por sua indiferenciação e flexibilidade em aglutinar “cada um e todos” os interessados em “fazer a sua parte” no campo social. De fato, essa “solidariedade voluntária” parece ocupar, junto com a cidadania, o status de palavras-mito (BARCELONA, 1994) na vida contemporânea. Na particularidade dos discursos do voluntariado estudado, a solidariedade tem sido um importante eixo mobilizador dos mais distintos interesses e vontades de indivíduos, grupos e instituições agregados em torno do que denominam a sua “causa”.

Nesse discurso dos agentes voluntários locais, a solidariedade materializa-se na relação de “ajuda entre desiguais”: a figura do “Outro necessitado” – por referência ao “pobre inválido para o trabalho”, incluído por excelência no campo sócio-assistencial (CASTEL, 2001) – e o “Eu voluntário” cuja auto-imagem traduz-se como um ser necessário e/ou socialmente “incluído” e “útil”. Essa “relação solidária desigual” legitima-se, na versão dos entrevistados, como um elemento importante para garantir a “coesão social”. E configura uma “relação de interdependência” entre o voluntário e o “Outro”. No entanto, esta suposta

“interdependência” parece materializar-se, essencialmente, em uma “dependência” de “quem precisa” em relação a “quem pode e deseja ajudar”. Assim, essa relação supradetermina os sentimentos, a atitude e a posição ativa do “Eu voluntário” em relação ao Outro – público-alvo – que vivencia uma situação-limite concreta.

No limiar do dever e do desejo pessoalizado de ajuda e busca de auto-gratificação, a experiência deste voluntariado contemporâneo parece, mesmo, deslocar o binômio solidariedade-cidadania do plano jurídico-político e/ou dos diálogos político-culturais sobre a gramática democrática travados na esfera pública, para a esfera das interações sociais e convivência pessoalizada, numa tentativa de suprir necessidades sociais concretas por meio das “ações solidárias de cada um”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tese central da re-significação da cidadania e da solidariedade no discurso destes voluntários consiste na vinculação orgânica entre voluntariado-solidariedade-cidadania assumidos como imperativos do Eu. Nesse sentido, cabe reiterar as afirmações anteriores: os apelos à ação voluntária são proferidas ao Eu singularizado e onipotente, com mensagens são dirigidas a “você”, supostamente dotado de sensibilidade e disponibilidade em ajudar o próximo. As ações solidárias encontram-se submetidas, portanto, aos critérios de gosto e escolhas pessoais dos voluntários. Essa versão voluntária parece encarnar uma marca da sociabilidade contemporânea ressaltada por Sennett (2000): uma obsessão com aquilo que essa pessoa e esse acontecimento significam para o Eu, identificando-se com o desejo de realçar a si mesmo e a seus sentimentos, e preocupado com o desejo e a performance de ser bom perante o sofrimento social do outro. Esse Outro – simultaneamente, “estranho” e “próximo” – pode ser apreendido em duas dimensões, a saber: o Outro interno – relativo ao próprio sentimento e desejo do Eu voluntário em (re)ligar-se e participar do mundo social; e o Outro externo – quem necessita receber as ações voluntárias.

Por dentro desta experiência local de voluntariado contemporâneo, identifico uma tendência de deslocamento e invasão do mundo dos sentimentos íntimos e privados sobre a esfera pública democrática. Continuo, assim, com a lúcida análise de Sennett (2000): essa esfera parece fragilizar-se perante a valorização do indivíduo como expressão psicológica de sua própria intimidade. E, nesse sentido, associo a experiência pública destes agentes voluntários à formação da individualidade numa sociedade intimista – focada na auto-



preservação e adaptação do indivíduo ao mundo social – forçando-o à elaboração de estratégias de sobrevivência do Eu (LASCH, 1990) para suavizar os riscos do narcisismo contemporâneo: o isolamento, a solidão, a perda da dimensão de pertencimento social, o esgarçamento e/ou a ruptura dos vínculos sociais duráveis, a crise da política e da esfera pública como locus legítimo de manifestação do conflito e de participação democrática (BARCELONA, 1994).

Todavia, reafirmo que essa estratégia do voluntariado contemporâneo, materializada no caso pesquisado como uma estratégia de auto-preservação do Eu, caracteriza-se pela ambivalência presente nos discursos dos interlocutores: ora aponta para o (re)-encontro com o si mesmo do voluntário; ora para o (re)-encontro com o Outro – nas figurações plurais assumidas no imaginário do voluntariado. Em verdade, nos rumos desta solidariedade indiferenciada associada à cidadania voluntária, as tentativas de eliminar as distâncias e as diferenças econômico-sociais e político-culturais entre os partícipes da relação solidária podem não produzir, necessariamente, a "comunidade democrática" desejada, mas, ao contrário, dissolvê-la. Um caminho possível talvez seja, lembra Carcciari (1997), criar estratégias de defender o outro na sua diferença, dando-lhe atenção e cuidados com o devido reconhecimento desta distância sócio-cultural, respeitando-o como o perfeitamente distinto que, todavia, não elimina as semelhanças possíveis e necessárias à construção de um horizonte de sentido comum.

Nessa perspectiva, o Outro não é, portanto, nem o "irmão" – homogenizando as diferenças de maneira abstrata – e, nem tão pouco, o “pobre-necessitado/carente” – supradimensionando e metamorfoseando as diferenças e pluralidades em desigualdades de todo tipo. Ele é, potencialmente, um sujeito falante que se configura no espaço público-democrático em sua pluralidade e distinção inscritas em seus valores, cultura e aspirações. O Outro é o desafio que nos interroga a conviver com as diferenças sem transformá-la em desigualdades. E nos conduz a dialogar na pluralidade, sem excluir ou obscurecer estas diferenças no processo de definição do mundo comum e da política-cultural protagonizadas na esfera pública democrática (TELLES, 1999) e no campo reeditado da grande política, no dizer gramsciano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLONA, P. . *Diário político: il vento di destra e le rezioni della sinistra*. 2. ed. Roma: DATANEWS Editrice, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Lo spazio della politica: tecnica e democrazia*. Roma: Editori Riuniti, 1993.
- BEZERRA, L. M. P. de S. *Os significados dos discursos e práticas do voluntariado contemporâneo: A experiência da APP em Fortaleza-Ce, 2005*, 339 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- BOURDIEU, P. *Condição de classe e posição de classe*. In: *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. . São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CACCIARI, M. & MARTINI, C. M. *Dialogo sulla solidarietà*. Roma: Edizioni Lavoro Roma, 1997.
- CASTELL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- DA MATTA, R. *CIDADANIA. A casa & a rua*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil*. In: *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere. Vol. I - Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HELLER, Agnes. *Teoria dei Sentimenti*. Roma: Editori Runiti, 1989.
- LASCH, C. *O Mínimo Eu: Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LIPOVETSKY, G. *O Crepúsculo do Dever: A Ética Indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- MONAL, I. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: Carlos Nelson Coutinho & Andréa de Paula Teixeira. *Ler Gramsci: entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, M. de. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do novo capitalismo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TELLES, V. *Direitos Sociais. Afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.